Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

22/2012

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

ACIDENTE DO TRABALHO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - Em matéria de acidente do trabalho, prevalece, até por questão hierárquica, a disposição constitucional do artigo 7º, XXVIII: "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa"., consoante a qual a responsabilidade objetiva foi transferida para a Previdência Social, restando, ao empregador, a responsabilidade civil, apenas nas hipóteses de culpa ou dolo, no velho sistema da culpa aquiliana. (TRT/SP - 00734001420085020381 - RO - Ac. 3ªT [20120045901](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 01/02/2012)

ACIDENTE. DANO MORAL E MATERIAL. PENSÃO MENSAL. INCAPACIDADE LABORAL PERMANENTE. Presentes o nexos de causalidade e a culpa do empregador pela incapacidade laboral permanente, impõe-se a reparação por danos materiais, com base no art.950 do CC, consistente em pensão mensal, fixada em proporção à incapacidade, na razão direta do comprometimento patrimonial físico e/ou da incapacidade laborativa. No caso vertente, o perito atestou a incapacidade laboral permanente em razão do incontroverso acidente de trabalho. A prova produzida evidenciou que o infortúnio decorreu de um problema no elevador que se movimentou, não obstante estivesse com a porta aberta em razão do carregamento, e a carga, que estava enroscada, travou o sistema e arrebentou o cabo de aço. Ou seja, o agente causador do acidente foi a má preservação do elevador que se movimentava mesmo com a porta aberta. Em que pese o aviso de que não era permitido o acesso do elevador às pessoas, é certo que inexistia fiscalização e o reclamante não adentrou ao elevador para se locomover de um pavimento a outro, mas apenas para acomodar a carga, sendo certo que o rompimento do cabo não decorreu do sobrepeso da carga ou mesmo porque o demandante tivesse adentrado no elevador, mas sim porque este se movimentou quando não devia. Assim, por ter propiciado o acidente, não há que se falar em ausência de culpa da recorrente ou mesmo culpa exclusiva da vítima. Recurso da reclamada improvido, no particular. (TRT/SP - 01274009420065020037 - RO - Ac. 4ªT [20120025250](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 03/02/2012)

ASSÉDIO

Moral

INDENIZAÇÃO. ASSÉDIO MORAL. Indevida. A caracterização da responsabilidade civil subjetiva pelo dano moral exige ato ilícito (por ação ou omissão), decorrente de culpa em sentido amplo (dolo) ou restrito (negligência, imperícia, ou imprudência); dano moral (prejuízo) e nexos causal entre a ação e o dano, consistente em violação à imagem, honra, liberdade, ao nome, ou seja, ao patrimônio ideal do trabalhador que deve ser ressarcido (art. 5º, V e X, CF; e 186 e 927 do CC/2002). Apelo não provido. (TRT/SP - 01563008520095020036

(01563200903602000) - RO - Ac. 17ªT [20120232094](#) - Rel. DÂMIA ÁVOLI - DOE 09/03/2012)

CONCILIAÇÃO

Efeitos

ACORDO JUDICIAL. PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUE. NÃO HÁ INADIMPLENTO. Não havendo expressa ressalva nos termos do acordo negando a possibilidade de pagamento por meio do uso de cheque, não há falar em inadimplemento/mora em razão da espera pela compensação do título. É de conhecimento notório a necessidade de se aguardar esse procedimento. (TRT/SP - 00008315020105020088 - AP - Ac. 5ªT [20120197310](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 08/03/2012)

CUSTAS

Prova de recolhimento

DESERÇÃO. Configuração. Não há prova válida e eficaz do preparo recursal, vez que a guia de recolhimento das custas processuais não se encontra devidamente autenticada pela instituição bancária, bem como a autenticação da guia de recolhimento do depósito recursal afigura ilegível. Apelo não conhecido. (TRT/SP - 01006009420095020046 (01006200904602007) - RO - Ac. 17ªT [20120232108](#) - Rel. DÂMIA ÁVOLI - DOE 09/03/2012)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Sentença. Omissão

Embargos de declaração. Omissão como pretexto. Reforma do julgado como objetivo. Praxe já arraigada em que a parte se vale dos embargos de declaração para questionar e criticar o julgado, para manifestar irrisignação, inconformismo, para acusar, na verdade, error in judicando, e não, tecnicamente, omissão, obscuridade ou contradição. Evidente desvio na utilização da medida. Embargos improcedentes. (TRT/SP - 01636002120095020482 - RO - Ac. 11ªT [20120232582](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 09/03/2012)

EMBARGOS DE TERCEIRO

Cabimento e legitimidade

EMBARGOS DE TERCEIRO. LEGITIMIDADE DO DECLARADO RESPONSÁVEL PELA CONDENAÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO. Aquele declarado parte legítima para responder pelo pagamento dos valores deferidos na condenação somente na fase de execução pode se valer de embargos de terceiro com vistas a rever tal decisão (art. 1046, caput, do Código de Processo Civil). Não se confunde a parte que respondeu desde o início pela ação com aquela integrada posteriormente ao feito. (TRT/SP - 00011080720115020064 - AP - Ac. 5ªT [20120197159](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 08/03/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Servidor público

FUNAP. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES. DISTINÇÃO. Sobressai-se à farta discussão sobre a incidência da restrição legal imposta pela Lei Complementar 180/78 - que exige que o titular do

direito seja funcionário público da administração centralizada ou autarquia - a observância da finalidade social contida na Lei Complementar 315/78 ao estabelecer o referido adicional de periculosidade. Ora, sem dúvida, a lei perquire a indenização de quem se expõe a risco de vida, pelo trabalho em penitenciárias, seja servidor estatutário ou celetista; seja da administração centralizada ou não. (TRT/SP - 00000734520105020032 (00073201003202005) - RO - Ac. 14^ªT [20120212581](#) - Rel. MARCIO MENDES GRANCONATO - DOE 06/03/2012)

JORNADA

Intervalo violado

EMENTA. INTERVALO INTRAJORNADA. IMPERATIVIDADE. Há de se destacar que a regra inserta no artigo 71 da CLT, relativa à concessão de, no mínimo, uma hora de intervalo para refeição e descanso, caracteriza-se pela sua imperatividade absoluta. Assim, o seu desrespeito implica no pagamento como hora de sobrelabor, acrescida do adicional porque, neste período, houve a efetiva prestação de serviços. (TRT/SP - 02080009820075020027 (02080200702702000) - RO - Ac. 2^ªT [20120156169](#) - Rel. JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES - DOE 23/02/2012)

Revezamento

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. JORNADAS DE 8 HORAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. Diante da faculdade atribuída ao empregador para implantar o regime de turnos ininterruptos de revezamento, revelam-se regulares as jornadas de 8 horas demonstradas através dos cartões de ponto. Assim, não há que se falar em pagamento das horas extras assim consideradas aquelas excedentes à 6.^a hora diária, porquanto o art. 7.^º, XIV, da Constituição Federal, ao tratar da jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, excepcionou, na parte final do dispositivo, estabelecendo que esta jornada poderia ser prorrogada mediante negociação coletiva. No mesmo sentido a Súmula 423 do C. TST. Recurso Ordinário do reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 00491005020095020252 - RO - Ac. 14^ªT [20120212883](#) - Rel. MARCIO MENDES GRANCONATO - DOE 06/03/2012)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. VÁRIAS TOMADORAS DE SERVIÇO. A ativação simultânea do obreiro para mais de uma empresa cliente, ainda que com escalação para ativar-se ora para uma, ora para outra, não afasta o fato de as tomadoras terem se beneficiado da prestação laboral, impondo-se a condenação subsidiária por força das culpas in eligendo e in vigilando em relação à empregadora, na forma da Súmula 331, IV, do C. TST. (TRT/SP - 02279001920095020085 - RO - Ac. 14^ªT [20120212697](#) - Rel. MARCIO MENDES GRANCONATO - DOE 06/03/2012)

MÉDICO E AFINS

Salário mínimo profissional e jornada

Médico. Jornada. Horas extras. A Lei 3.999/61, ao contrário do afirmado pela r. sentença, instituiu jornada reduzida para médicos e auxiliares. Verifica-se que a

intenção do legislador foi exatamente a de evitar que estes profissionais fossem subjugados as jornadas extensas que pudessem comprometer a qualidade do atendimento que por eles são prestados. Tanto é assim que: a norma é imperativa, dispondo taxativamente que a duração normal do trabalho dos médicos será de quatro horas diárias, sendo certo que o que exceder só pode ser tido como extra; somente acordo escrito pode prever carga horária superior, sem prejuízo do direito de receber o excedente de quatro como extra. Recurso provido. (TRT/SP - 00010307020105020024 - RO - Ac. 4ªT [20120191150](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 09/03/2012)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

EMENTA. CONVENÇÃO COLETIVA. PREVALÊNCIA. O Acordo e a Convenção Coletiva de Trabalho - a par de serem instrumentos úteis para a flexibilização de alguns direitos sociais - paralelamente destinam-se a instituir melhoria de condições de trabalho e salários acima do patamar dos direitos sociais mínimos assegurados pela Constituição Federal e pela Legislação ordinária (artigo 7º., inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988 e artigos 611 e 625 da CLT). Portanto, deve ser respeitada a soberania da manifestação de vontade dos convenentes e, em caso de descumprimento do pactuado, ex vi do princípio da pacta sunt servanda, igualmente, torna-se devida a multa normativa. (TRT/SP - 00055002620095020301 (00055200930102006) - RO - Ac. 2ªT [20120156150](#) - Rel. JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES - DOE 23/02/2012)

PORTUÁRIO

Avulso

Avulso. Dobras indevidas como extras. O comparecimento dos avulsos perante as chamadas paredes para concorrer a dobras na escala de trabalho é um direito do portuário, não uma imposição. Assim, não há de se falar em pagamento como extras. (TRT/SP - 00522000320015020443 (00522200144302000) - RO - Ac. 3ªT [20120045812](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 01/02/2012)

PRESCRIÇÃO

Interrupção e suspensão

DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. Ocorrendo a interrupção da prescrição, nos moldes da Súmula 268, do C. TST, em decorrência de extinção do feito sem resolução do mérito, ressalvado fica, tão somente, o direito de ação, mas não o direito material por ele protegido. (TRT/SP - 02617001620075020018 (02617200701802001) - RO - Ac. 3ªT [20120045804](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 01/02/2012)

1. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO ANTERIOR. A interrupção da prescrição (súm. 268, TST) não alcança quem não foi parte no processo anterior, ainda que o Reclamante pretenda a declaração de sucessão trabalhista. 2. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - SPTRANS - OJ Transitória nº 66 da SDI-I. A reclamada São Paulo Transporte S/A é uma sociedade de economia mista, responsável pela concessão dos serviços de transporte de passageiros por ônibus do município de São Paulo, através de empresas particulares, como dispõe seu estatuto social. Não se trata da hipótese prevista na Súmula 331 do TST, item IV, tratando-se, no caso de contrato de concessão. Não

se aplica ao caso o art. 37, inciso VI da Constituição Federal, mas o inciso II, do art. 173, da Constituição Federal, uma vez que cabe à empregadora do obreiro responder pelas obrigações trabalhistas. A responsabilidade da recorrente se refere ao cumprimento do serviço de ônibus, ou seja, a SPTrans fiscaliza o cumprimento do serviço, o que não significa fiscalizar as obrigações trabalhistas de empregados da concessionária. Recurso provido para reconhecer a ilegitimidade de parte da reclamada São Paulo Transportes S/A, que não pode ser responsabilizada pelos créditos trabalhistas do reclamante. Recurso do Reclamante ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 01620002020095020011 - RO - Ac. 12ªT [20120206026](#) - Rel. FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO - DOE 09/03/2012)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. ARTIGO 276, DO DECRETO N.º 3.048/91. O fato gerador do recolhimento previdenciário é o pagamento do montante trabalhista ao empregado, sobre o qual incide a contribuição previdenciária, a teor do disposto no artigo 276, do Decreto n.º 3048/91. À vista disso, decorrido o prazo legal serão devidos juros de mora e multa, em consonância com o disposto no artigo 879, parágrafo 4º, da CLT. Nesse sentido é o entendimento do C. TST. Decisão agravada mantida. (TRT/SP - 00465003020035020070 - AP - Ac. 11ªT [20120058620](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 03/02/2012)

"CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA. O fato gerador para a incidência da contribuição previdenciária, na hipótese de débito trabalhista constituído por decisão judicial, não é a prestação de serviços. Sua configuração deve ser extraída da interpretação conjunta do que dispõem os artigos 22, I, e 43, parágrafo único, da Lei 8212/91. Desta forma, o fato gerador ocorre no instante em que, constituído o título executivo, com o reconhecimento judicial dos títulos devidos, são estes quantificados, pois aí são definidos os já mencionados elementos da relação de custeio. Por conseguinte, não basta a sentença transitada em julgado, havendo necessidade de que o montante das parcelas objeto da condenação seja especificado. Portanto, o fato gerador ocorre no momento em o réu toma ciência dos termos da sentença de liquidação que fixa o crédito, sendo indevidos juros, correção monetária ou multa relativos a período anterior, eis que sem a configuração do fato gerador não há mora. Agravo de petição a que se dá provimento." (TRT/SP - 00239001020075020382 - AP - Ac. 10ªT [20120245846](#) - Rel. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO - DOE 09/03/2012)

Recurso do INSS

Contribuição previdenciária. Acordo sem reconhecimento de vínculo. Denominação ou natureza jurídica atribuída pelas partes ao valor ajustado. Irrelevância. Em acordo sem reconhecimento do vínculo, é irrelevante a denominação ou a natureza jurídica atribuída pelas partes ao valor ajustado. Seja ela qual for, ainda que "indenização", incide a contribuição previdenciária sobre o valor total ajustado (art. 276, parágrafo 9º, do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999). Não se questiona, aí, a autonomia das partes na entabulação do acordo, mas sim a incidência da norma em função do seu conteúdo. Recurso da União a que se dá

provimento. (TRT/SP - 01351005020065020384 - RO - Ac. 11ªT [20120057373](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 03/02/2012)

PROVA

Ônus da prova

Como se colhe das obras dedicadas ao tema, o aspecto essencial do ônus da prova reside precisamente nessa sua função de regra de julgamento. Ou seja, se, por uma razão ou outra, não houver, nos autos, prova suficiente do fato, aquele que tem o ônus de provar sofre as conseqüências da ausência de provas, o que em verdade não é sanção, mas simplesmente decorrência da falta de cumprimento de encargo imposto, em desfavor do próprio interesse da parte. (TRT/SP - 00007087220115020070 - RO - Ac. 12ªT [20120226191](#) - Rel. JORGE EDUARDO ASSAD - DOE 09/03/2012)

QUITAÇÃO

Validade

GARANTIA DE EMPREGO ACIDENTÁRIA COM PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. ADESÃO VÁLIDA A PDV. PRETENSÃO DE REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO. DESCABIMENTO. HARMONIA COM A OJ Nº 270 DA SBDI-1/TST. EFEITOS PROJETADOS PARA O FUTURO E NÃO CONCERNENTES À QUITAÇÃO DE VERBAS ANTERIORES À RESCISÃO. 1. É lógica e juridicamente incompatível com a prévia e válida adesão a Plano de Desligamento Voluntário a pretensão de reintegração ao emprego decorrente de garantia provisória prevista em norma coletiva, mormente quando a própria cláusula convencional excepciona expressamente a vislumbrada hipótese de rescisão por mútuo acordo. 2. Tal conclusão em nada afronta, senão convive de forma harmônica com o quanto disposto na Orientação Jurisprudencial nº 270, da SBDI-1 do C. TST, a qual proscribe a conferência de quitação geral a transação levada a efeito entre as partes do contrato de trabalho no contexto de planos de incentivo ao desligamento. 3. Mencionada compatibilidade reside no fato de a reintegração referir-se a verbas decorrentes de uma suposta projeção do contrato de trabalho para o futuro, em se elegendo como ponto de referência o rompimento contratual, enquanto a proibição constante da Orientação Jurisprudencial é concernente a parcelas anteriores à rescisão, as quais não constituem objeto da pretensão ventilada. 4. Daí porque mesmo com a acolhida pelo C. TST a Recurso de Revista, determinando a observância da OJ 270, a manutenção do decidido na origem se impõe, na medida em que restará incólume o comando jurisprudencial apontado. (TRT/SP - 00848008320025020462 (00848200246202007) - RO - Ac. 1ªT [20120226833](#) - Rel. LIZETE BELIDO BARRETO ROCHA - DOE 09/03/2012)

RECURSO

Admissibilidade (Juízo de)

INTERESSE.DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Coincidindo a pretensão recursal com os termos deferidos na decisão de 1º grau, carece(necessidade + utilidade) a parte de interesse para recorrer. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A Lei nº 8.666/93, declarada constitucional pelo Excelso STF, afasta a responsabilidade objetiva, direta, da Administração, no caso de inadimplemento pelo terceirizado. Mas isso não induz a desproteção do trabalhador lesado, cabendo verificar, sopesados o princípio da eventualidade e a

distribuição do ônus da prova, se o ente público não concorreu, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para tal, posto obrigado a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato que tenha celebrado. E o descumprimento desses deveres, por parte de seus agentes, quando causar danos a terceiros, acarreta a sua responsabilidade subsidiária, por culpa in vigilando. Inteligência da Súmula nº 331, item V, do C. TST. VERBAS RESCISÓRIAS, MULTA DE 40% DO FGTS E DOS ARTS. 467 E 477, DA CLT. JUROS DE MORA. Tal como ocorre com as demais parcelas, que são devidas em razão da culpa in vigilando, os títulos em questão estão associados à concepção de inobservância do dever do contratante de zelar pelos direitos trabalhistas devidos aos empregados da prestadora de serviços. A responsabilidade subsidiária abarca todos os encargos oriundos do contrato de trabalho, consoante o item VI, da Súmula nº 331, do Órgão Superior da Justiça do Trabalho. Não há falar em juros de 0,5% ao mês, nos termos da Lei n.º 9.494/97, quando a Fazenda Pública é condenada subsidiariamente, nos casos de terceirização de serviços. (C. TST, Orientação Jurisprudencial n.º 382, da SBDI-1). PREQUESTIONAMENTO. Não há omissão relativa à legislação aplicável, de molde a obstar a remessa à instância superior, na eventualidade de interposição do recurso próprio. (TRT/SP - 00025481620105020018 - RO - Ac. 2ªT [20120206115](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 06/03/2012)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

INTERESSE. MULTAS CONVENCIONAIS. Carece de interesse a parte quando inexistente a condenação do título sobre o qual da qual pretende a reforma. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. Afastada a presunção de veracidade dos cartões de ponto, e à míngua de comprovação eficaz quanto aos termos alegados em defesa, tem-se correta a fixação da jornada a teor do conteúdo da instrução processual, bem assim a condenação pleiteada. Por se tratar de norma destinada à segurança e saúde do trabalhador, a disposição do parágrafo 4º do art. 71, da CLT objetiva impedir a supressão do período destinado ao descanso ou refeição, possuindo nítido caráter salarial. REFEIÇÕES. RESSARCIMENTO. Ausente prova correlata ao fornecimento de refeições, há que se autorizar a indenização, consoante previsão contida em norma coletiva. INTEGRAÇÃO DO 14º SALÁRIO. Emergindo do próprio interrogatório da Ré assecuração a respeito do recebimento da verba em caráter habitual, de rigor a manutenção do julgado, no particular. (TRT/SP - 00010358620105020317 - RO - Ac. 2ªT [20120209882](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 06/03/2012)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

TERCEIRIZAÇÃO. SÚMULA 331/TST. CIRCUNSTANCIAS DO CASO CONCRETO QUE REVELAM CULPA IN VIGILANDO, DIANTE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS. ARRASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL COM BASE NO ARTIGO 37, XXI, CF E ARTIGOS 58, III, 67 CAPUT E parágrafo 1º, E 82 DA LEI 8666/93 C/C ARTS. 186, 927, CAPUT E 944 DO CC. 1. No julgamento da ADC 16, houve pronúncia pela constitucionalidade do artigo 71, parágrafo 1º, da Lei 8666/93, mas nos debates restou consignado que a constitucionalidade não inibe o Judiciário Trabalhista, à luz das circunstâncias do

caso concreto, à base de outras normas, reconhecer a responsabilidade subsidiária do Poder Público (notícias do STF, www.stf.jus.br, 26/11/2010). 2. Nesse passo, a Lei 8.666/93, em seu artigo 71, parágrafo 1º, não traz o princípio da irresponsabilidade estatal, em termos absolutos, apenas alija o Poder Público da responsabilidade pelos danos a que não deu causa. Havendo inadimplência das obrigações trabalhistas que tenha como causa a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o Poder Público é responsável. 3. Logo, a excludente de responsabilidade incide, apenas, na hipótese em que o Poder Público contratante demonstre ter, no curso da relação contratual, fiscalizado o adequado cumprimento das cláusulas e das garantias das obrigações trabalhistas pela fornecedora da mão-de-obra, o que lhe incumbe nos termos do artigo 37, inciso XXI, da CF e artigos 58, III, e 67, caput e parágrafo 1º, sob pena de responsabilidade civil prevista no artigo 82, ambos da Lei das Licitações. 4. A ausência de prova da fiscalização por parte da Administração Pública, (art. 818 CLT e 333 CPC) quanto ao correto cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada licitada, devidas aos seus empregados, evidencia a omissão culposa da Administração Pública, o que atrai a sua responsabilidade, porque todo aquele que causa dano pratica ato ilícito e fica obrigado a reparar (art. 82, da Lei 8666/93 c/c arts. 186, 927 e 944 CC/02). (TRT/SP - 02617003620095020021 - RO - Ac. 4ªT [20120192050](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 09/03/2012)

TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A Lei nº 8.666/93, declarada constitucional pelo Excelso STF, afasta a responsabilidade objetiva, direta, da Administração, no caso de inadimplemento pelo terceirizado. Mas isso não induz a desproteção do trabalhador lesado, cabendo verificar, sopesados o princípio da eventualidade e a distribuição do ônus da prova, se o ente público não concorreu, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para tal, posto obrigado a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato que tenha celebrado. E o descumprimento desses deveres, por parte de seus agentes, quando causar danos a terceiros, acarreta a sua responsabilidade subsidiária, por culpa in vigilando. Aplicável o entendimento cristalizado na Súmula 331, item IV, do Colendo TST. (TRT/SP - 00002987620105020481 - RO - Ac. 2ªT [20120206182](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 06/03/2012)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

EMENTA. ACÚMULO DE FUNÇÃO. PREVISÃO LEGAL. INEXISTÊNCIA. Não há no ordenamento jurídico pátrio previsão para a contraprestação de várias funções realizadas, dentro da mesma jornada de trabalho, para um mesmo empregador. Esta é a inteligência do § único do artigo 456 da CLT que traduz a intenção do Legislador, no sentido que o trabalhador seja remunerado por unidade de tempo, e não por tarefa desenvolvida. (TRT/SP - 00008366820105020445 - RO - Ac. 2ªT [20120156231](#) - Rel. JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES - DOE 23/02/2012)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Havendo pedido não apreciado na sentença de mérito, cuja omissão permaneceu após nova provocação em sede de embargos declaratórios, devem os autos retornar à origem para novo julgamento

destes, vedada a supressão de instância. (TRT/SP - 00007837820105020254 - RO - Ac. 11ªT [20120058400](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 03/02/2012)

Vínculo de emprego. Prova Testemunhal. Cerceio de defesa. Decisão que negou a produção de prova testemunhal e encerrou a instrução processual. Sentença em que se conclui improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo, com base em prova emprestada, onde constam depoimentos conflitantes. Cerceio de defesa caracterizado. Nulidade. Recurso do autor a que se dá provimento. (TRT/SP - 00025658720105020362 - RO - Ac. 11ªT [20120206867](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 06/03/2012)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Aposentadoria

Empregado público estável. Aposentadoria. Vínculo de emprego mantido. Reintegração devida. Tenho como certo que o reclamante é empregado estável, só se rescindindo o contrato de trabalho por sua própria iniciativa, ou falta grave apurada na forma da Lei. O STF, como bem destaca a sentença, já decidiu que a aposentadoria não coloca fim, obrigatoriamente, ao contrato. Essa decisão, aliás, está conforme o princípio da primazia da realidade, posto que, como ocorreu in casu, não há lógica em declarar-se que o contrato chegou ao final, quando o trabalhador persevera trabalhando, da mesma forma, por mais três meses após a aposentadoria. (TRT/SP - 02611001020095020055 - RO - Ac. 4ªT [20111612432](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 31/01/2012)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

FUNDAÇÃO PÚBLICA. QUINQUÊNIOS. Os benefícios previstos pelo artigo 129, da Constituição do Estado de São Paulo, são aplicáveis a todos os servidores públicos e não apenas aos estatutários, à exceção apenas dos empregados de empresas públicas e das sociedades de economia mista. Recurso Ordinário da reclamada ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 02343004520075020012 - RO - Ac. 8ªT [20120190626](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 06/03/2012)